

**PREFEITURA DE JARU - SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA**

ADVOGADO

Código da Prova

S01 T
TARDE

 Verifique se o Código da Prova é o mesmo do seu cartão de respostas

 Duração da prova: **4 horas e 30 minutos**

**TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS,
A FRASE DE CORA CORALINA PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO**

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”



ATENÇÃO

Este caderno contém sessenta questões de múltipla escolha, cada uma com cinco alternativas de resposta – A, B, C, D e E e uma questão discursiva.

**Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas e Folha de Resposta.**

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio. Não haverá substituição do Cartão de Respostas das questões objetivas e/ou da Folha de Resposta da questão Discursiva por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local da prova, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Informações importantes:

Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas da prova objetiva assinado, a Folha de Resposta da Prova Discursiva. Não se esqueça dos seus pertences.

A Prova Discursiva deverá ser desenvolvida na Folha de Resposta destinada a essa finalidade, personalizada e desidentificada pelo candidato, que deverá destacar o canhoto que contém seus dados cadastrais. A Folha da Prova Discursiva é o único documento válido para a correção.

O preenchimento da Folha de Respostas da Prova Discursiva será de sua inteira responsabilidade.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas e a Folha da Prova Discursiva.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!



IBADE - INSTITUTO BRASILEIRO DE
APOIO E DESENVOLVIMENTO EXECUTIVO

Conhecimentos Gerais-Língua Portuguesa

BRASIL NO PROJETO EHT

A primeira imagem de um buraco negro está circulando pelo mundo já faz uma semana. Esse feito só foi possível a partir de uma combinação de sinais capturados por oito radiotelescópios e montada com a ajuda de um "telescópio virtual" criado por algoritmos. Mais de 200 cientistas de diferentes nacionalidades, que participaram do avanço científico, fazem parte do projeto Event Horizon Telescope (EHT).

Entre eles, está o nome da brasileira Lia Medeiros, de 28 anos, que se mudou na infância para os Estados Unidos, onde acaba de defender sua tese de doutorado (conhecida lá fora como PhD) pela Universidade do Arizona. Filha de um professor de Aeronáutica da Universidade de São Paulo (USP), afirmou, em entrevista ao G1, que cresceu perto de pesquisas científicas. Ela também precisou usar inglês e português nos vários lugares em que morou e, por isso, viu na matemática uma linguagem que não mudava.

Especializada em testar as teorias da física nas condições extremas do espaço, Lia encontrou no EHT o projeto ideal para o seu trabalho. Ela atuou tanto na equipe que realizou as simulações teóricas quanto em um dos quatro times do grupo de imagens. Os pesquisadores usaram diferentes algoritmos para ter os pedaços da imagem do buraco negro captados pelos sinais dos radiotelescópios e preencher os espaços vazios para completar a "fotografia".

O feito de Lia recebeu destaque no site da Universidade do Arizona, que listou o trabalho no projeto de mais de 20 estudantes da instituição, começando pela brasileira. Segundo a pesquisadora, embora os resultados do projeto EHT tenham sido obtidos graças ao trabalho de mais de tantas pessoas, o foco que as mulheres participantes do projeto receberam é positivo para mudar o estereótipo de quem pode e deve ser cientista.

Como você se envolveu com ciência e, mais especificamente, com a astronomia?

Meu pai é professor universitário e cresci perto da pesquisa científica. Decidi que queria fazer um PhD desde cedo, mesmo antes de saber o que queria estudar. Mudei muito durante a minha vida e troquei de línguas entre português e inglês três vezes até os 10 anos. Quando era criança, percebi que, mesmo que a leitura e a escrita fossem completamente diferentes em países diferentes, a matemática era sempre a mesma. Ela parecia ser uma verdade mais profunda, como se fosse de alguma forma mais universal que as outras matérias. Mergulhei na matemática e amei.

No ensino médio, estudei física, cálculo e astronomia ao mesmo tempo e, finalmente, entendi o real significado da matemática. Fiquei maravilhada e atônita que nós, seres humanos, conseguimos criar uma linguagem, a matemática, que não é só capaz de descrever o universo, mas pode inclusive ser usada para fazer previsões.

Fiquei especialmente maravilhada pelos buracos negros e a teoria da relatividade geral. Decidi então que queria entender os buracos negros, que precisava entender os buracos negros. Lembro que perguntei a um professor qual curso eu precisava estudar na faculdade para trabalhar com buracos negros. Ele disse que provavelmente daria certo com física ou astronomia. Então eu fiz as duas.

E como você se envolveu com o projeto do EHT?

Meus interesses de pesquisa estão focados no uso de objetos e fenômenos astronômicos para testar os fundamentos das teorias da física. Eu vejo a astronomia como um laboratório onde podemos testar teorias nos cenários mais extremos que você possa imaginar. O EHT era o projeto perfeito para isso, porque as observações dele sondam a física gravitacional no regime dos campos de força em maneiras que ainda não tinham sido feitas antes. (...)

Tenho dedicado uma porcentagem significativa do meu tempo, durante meus estudos, em tentar expandir a representação das mulheres na ciência, especificamente focando em dar às meninas jovens exemplos positivos nos modelos femininos na STEM [sigla em inglês para ciências, tecnologia, engenharia e matemática]. Por exemplo, frequentemente visito escolas de ensino médio e outros locais para dar palestras públicas.

Na minha opinião, reconhecer que muitas mulheres estão envolvidas nesse resultado pode ser muito benéfico para mudar o estereótipo de quem pode e deve ser cientista. É importante que garotas e jovens mulheres saibam que essa é uma opção para elas, e que não estarão sozinhas se optarem por uma carreira científica.

<https://gazetaweb.globo.com>

Questão 1

A ideia principal do texto lido é:

- (A) marcar a importância da representação da mulher na carreira científica.
- (B) identificar a matemática como principal instrumento de descrição e previsão.
- (C) mostrar que o interesse pela Física e Astronomia são fundamentais para o projeto.
- (D) apresentar a cientista brasileira e sua importante atuação no projeto EHT.
- (E) descrever o entusiasmo de Lia Medeiros pela teoria da relatividade geral.

Questão 2

Quanto ao sentido da linguagem predominante no texto, todas as alternativas se apresentam corretas, EXCETO em:

- (A) denotativo.
- (B) conotativo.
- (C) referencial.
- (D) literal.
- (E) objetivo.

Questão 3

Em “Fiquei ESPECIALMENTE maravilhada pelos buracos negros.”, a palavra destacada foi formada pelo mesmo processo que:

- (A) estudante.
- (B) ambidestro.
- (C) malmequer.
- (D) incapacidade.
- (E) encadernar.

Questão 4

No trecho (§ 2 da entrevista) “...a matemática, QUE não é só capaz de DESCREVER o universo, MAS pode inclusive ser usada para fazer PREVISÕES.”, considerando-se as palavras destacadas, pode-se afirmar que:

- I. QUE é um pronome relativo com função predicativa.
- II. a conjunção, MAS, nesse caso, possui valor semântico de adição.
- III. DESCREVER é um verbo transitivo direto.
- IV. INCLUSIVE pertence à classe gramatical dos advérbios.
- V. a palavra CIDADÃO faz o seu plural como a forma PREVISÕES.

Estão corretas apenas:

- (A) I, III e V.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) I, III e IV.

Questão 5

No § 4, em “...embora os resultados do projeto EHT tenham sido obtidos graças ao trabalho de tantas pessoas, o foco que as mulheres participantes do projeto receberam é positivo...”, o termo EMBORA tem o valor semântico de:

- (A) conclusão.
- (B) explicação.
- (C) concessão.
- (D) condição.
- (E) comparação.

Questão 6

Com relação à pontuação, segundo a norma culta, todas as alternativas abaixo estão corretas, EXCETO em:

- (A) Havia cientistas americanos, japoneses, ingleses e franceses envolvidos naquele projeto.
- (B) Todos ficaram muito felizes com os resultados do evento; a família dela, muito mais.
- (C) Lia Medeiros, o povo brasileiro ficou muito orgulhoso de você.
- (D) Logo pela manhã, a notícia do buraco negro já se espalhava por toda sociedade científica.
- (E) Muitos cientistas estrangeiros que participaram do projeto, não compareceram à festa.

Questão 7

Em “Ele disse que provavelmente daria certo com Física ou Astronomia.”, o QUE tem o mesmo valor gramatical em:

- (A) A cientista espera que mais mulheres concorram a esse posto.
- (B) O empresário entregou o prêmio que lhe deram equivocadamente.
- (C) Que maravilha a descoberta do buraco negro previsto por Einstein!
- (D) Os premiados tiveram que sair rápido, devido ao assédio dos jornalistas.
- (E) Quase que o Brasil perde a chance de participar desse grandioso evento.

Questão 8

Em “Os participantes do projeto EHT morriam de medo de que ele não fosse bem-sucedido.”, a figura de linguagem presente é:

- (A) metáfora.
- (B) perífrase.
- (C) eufemismo.
- (D) sinestesia.
- (E) hipérbole.

Questão 9

Em “...e que elas não estarão sozinhas se optarem por uma carreira científica.”, o termo SE introduz uma oração subordinada de valor adverbial:

- (A) final.
- (B) causal.
- (C) proporcional.
- (D) condicional.
- (E) temporal.

Questão 10

Todas as alternativas abaixo apresentam a concordância verbal de acordo com a norma culta da língua, EXCETO em:

- (A) Fomos nós quem avisou ao diretor o horário do evento.
- (B) Os Estados Unidos valorizam, em seu país, o estudo científico.
- (C) Do lado de fora do espetáculo ouvia-se os aplausos da multidão.
- (D) Um ou outro cientista ganhará o prêmio tão esperado.
- (E) Mais de um pesquisador representou o Brasil naquele acontecimento.

Conhecimentos Gerais-Noções de Informática**Questão 11**

A um equipamento composto de diversos discos rígidos, administrado por um software próprio, que armazena dados para um ou mais servidores chamamos:

- (A) Disk Array.
- (B) Sata Disk.
- (C) SSD Disk.
- (D) Disk Storage.
- (E) Disk Sort.

Questão 12

Existem vários sistemas operacionais baseados na plataforma Unix. Aquele que não se baseia nesta plataforma é:

- (A) Solaris.
- (B) HP-UX.
- (C) Linux.
- (D) Redhat.
- (E) Android.

Questão 13

Qual o valor de uma célula em uma planilha Excel que contem a fórmula =(PAR(35))/2

- (A) 35.
- (B) 18.
- (C) 7.
- (D) 17,5.
- (E) 37.

Questão 14

Numa edição em Word, se quisermos nos referir a um 5^o elemento, na forma numérica, como utilizada nesta questão, podemos digitar o número 50, selecionar o zero e formatá-lo para:

- (A) Tachado.
- (B) Subscrito.
- (C) Itálico.
- (D) Sobrescrito.
- (E) Negrito.

Questão 15

O item da Barra de Ferramentas do MS Word em que existe a possibilidade de traduzir um texto selecionado para outro idioma é:

- (A) Início.
- (B) Layout da Página.
- (C) Referências.
- (D) Revisão.
- (E) Exibição.

Conhecimentos Gerais-Raciocínio Lógico**Questão 16**

O número que completa a seguinte sequência **2, 5, 10, 17, 26, ...**, é:

- (A) 27.
- (B) 36.
- (C) 37.
- (D) 6.
- (E) 18.

Questão 17

A quantidade de anagramas com **cinco** letras distintas, formadas a partir da palavra **AUDITOR** é:

- (A) 120.
- (B) 240.
- (C) 360.
- (D) 2520.
- (E) 5040.

Questão 18

Uma pesquisa foi feita com 600 alunos. Sabe-se que desses alunos, 150 estudam Geografia, 400 estudam História, 100 estudam Geografia e História. Se um desses estudantes for sorteado, ao acaso, a probabilidade de que ele apenas estude História é:

- (A) $\frac{8}{12}$.
- (B) $\frac{1}{12}$.
- (C) $\frac{4}{12}$.
- (D) $\frac{9}{12}$.
- (E) $\frac{5}{12}$.

Questão 19

Maria convidou para sua festa 370 pessoas. Todos os convidados compareceram e assinaram o livro de presença da casa de festa. Maria propôs um desafio para os convidados, que dizia: “Entre todos que assinaram o livro de presença **pelo menos** quantos nasceram no mesmo mês”? Um dos convidados respondeu prontamente e acertou. O valor encontrado pelo convidado foi:

- (A) 31.
- (B) 29.
- (C) 20.
- (D) 28.
- (E) 32.

Questão 20

Três irmãos são sócios de uma empresa de som para carros. O irmão mais velho colocou R\$ 15.000,00, o irmão do meio colocou R\$ 12.000,00 e o mais novo colocou R\$ 6.000,00. No primeiro mês a empresa lucrou R\$ 11.000,00. A parte que o irmão mais novo receberá é:

- (A) R\$ 5.000,00.
- (B) R\$ 4.000,00.
- (C) R\$ 3.000,00.
- (D) R\$ 2.000,00.
- (E) R\$ 2.500,00.

Conhecimentos Específicos-Legislação e Ética na Administração Pública**Questão 21**

O nepotismo na nomeação de funcionários em órgãos públicos é prática ilícita, tema já pacificado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Pode-se dizer que a proibição de tal prática decorre diretamente dos princípios contidos no Art. 37, caput, da CF/1988, particularmente dos princípios do(a):

- (A) lesividade, impessoalidade e moralidade.
- (B) igualdade, contraditório e economicidade.
- (C) impessoalidade, eficiência e moralidade.
- (D) legalidade, *non bis in idem* e eficiência.
- (E) igualdade, publicidade e legalidade.

Questão 22

Segundo a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, é:

- (A) dever do Estado.
- (B) proibido ao Estado, em face do necessário sigilo das informações.
- (C) permitido ao Estado, porém a regra é o sigilo da informação reservada, por 15 anos.
- (D) permitido ao Estado, porém a regra é o sigilo da informação secreta, por 05 anos.
- (E) uma questão importante apenas no plano internacional, não cabendo ao Estado qualquer ação.

Questão 23

Conforme dispõe o Estatuto do Servidor Público do Município de Jaru, ao ato de investidura em cargo público dá-se o nome de:

- (A) exoneração.
- (B) posse.
- (C) exercício.
- (D) remoção.
- (E) reengajamento.

Questão 24

“Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas”. Essa premissa traduz, segundo o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994), um(a):

- (A) infração política.
- (B) princípio da Comissão de Ética.
- (C) vedação ao servidor público.
- (D) regra deontológica.
- (E) dever fundamental do servidor público.

Questão 25

“Adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público”. A citada conduta representa, de acordo com a Lei nº 8.429/92, ato de improbidade administrativa que:

- (A) causa prejuízo ao erário.
- (B) importa enriquecimento ilícito.
- (C) atenta contra os princípios da administração.
- (D) decorre de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.
- (E) equivale a crime federal.

Questão 26

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Jaru, “criar distrito, desde que na sede desse estejam em funcionamento regular, no mínimo um posto de saúde e uma escola de 1º grau”, é competência:

- (A) privativa do Município.
- (B) privativa do Estado.
- (C) concorrente do Estado e União.
- (D) concorrente do Estado e Município.
- (E) exclusiva da Assembleia Legislativa de Vereadores.

Questão 27

Configura a chamada Responsabilidade sêxtupla dos servidores públicos, a possibilidade de o funcionário ser responsabilizado não apenas nas esferas civil, penal e administrativa, mas também:

- (A) com a perda dos seus direitos civis, políticos e trabalhistas.
- (B) em processos de controle interno (corregedoria), externo (tribunal de contas) e internacional (corte internacional de justiça).
- (C) no âmbito político, por crimes de responsabilidade; em casos de improbidade administrativa; em processos de controle, perante órgãos internos (controladorias e corregedorias) e externos (tribunal de contas).
- (D) no âmbito político, por crimes de responsabilidade; na esfera administrativo-disciplinar, com apuração em sindicância; por contravenção penal.
- (E) na esfera administrativo-disciplinar, com apuração em sindicância; em casos de improbidade administrativa; por responsabilidade objetiva do Estado.

Questão 28

Mévio é funcionário público municipal e retardou, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer sentimento pessoal. De fato, ele trabalha no setor de recursos humanos e atrasou a concessão das férias de um colega de trabalho, desafeto seu, com o fim de fazê-lo perder a passagem aérea que ele havia comprado para passar férias no exterior. Consequentemente, o colega perdeu a viagem, o que satisfaz o sentimento pessoal de Mévio de ver o colega infeliz. Considerando essa situação hipotética, é correto dizer que com essa conduta Mévio praticou crime contra a Administração Pública, consistente no delito de:

- (A) concussão.
- (B) corrupção.
- (C) peculato.
- (D) estelionato.
- (E) prevaricação.

Questão 29

Considerando o regime disciplinar e as penalidades a que estão sujeitos os servidores municipais por infração administrativa, previstos no Estatuto do Servidor Público do Município de Jaru, é certo que em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, ao servidor será aplicada a pena de:

- (A) nova advertência.
- (B) repreensão.
- (C) suspensão.
- (D) cassação de aposentadoria.
- (E) destituição de cargo em comissão.

Questão 30

A Constituição Federal garante a todos o direito de propriedade. Porém, exige a condição de que a propriedade:

- (A) tenha valor mínimo de R\$1.000,00 (mil reais).
- (B) não possa ser vendida, mas apenas doada.
- (C) não seja alugada para turistas.
- (D) não seja deixada como herança aos filhos, mas apenas aos netos da pessoa falecida.
- (E) atenda a sua função social.

**Conhecimentos Específicos-
Conhecimentos na Área de Formação****Questão 31**

Em relação ao emprego e seus sujeitos, a opção certa é:

- (A) O acordo correspondente à relação e emprego pode apenas ser tácito.
- (B) Conforme o artigo 3º da CLT, o empregado presta serviço eventual ao empregador, devendo subordinação, recebendo em contrapartida salário.
- (C) Profissionais liberais que admitirem trabalhadores como empregados não são equiparados a empregador.
- (D) O empregado presta serviço não eventual e sob dependência ao empregador, recebendo em contrapartida salário.
- (E) Pessoa jurídica pode ser considerado empregado.

Questão 32

Sobre o contrato de trabalho, é correto afirmar que:

- (A) é unilateral.
- (B) é eventual.
- (C) é oneroso.
- (D) é impessoal.
- (E) deve-se insubordinação do empregado.

Questão 33

Contrato de trabalho tem como objeto as obrigações recíprocas assumidas entre empregador e empregado, que devem ter fins lícitos. Entretanto, há situações que envolvem a nulidade no Direito do Trabalho, sendo importante diferenciar trabalho proibido do ilícito. Portanto, pode-se afirmar que:

- (A) há entendimento jurisprudencial do reconhecimento do vínculo empregatício do policial militar com o tomador por conta dos serviços na iniciativa privada, desde que presentes os requisitos da relação de emprego.
- (B) trabalho proibido ocorre quando a atividade desenvolvida está intensamente conectada a um tipo penal ou concorra frontalmente para sua efetivação ou insulta a moral e os bons costumes.
- (C) trabalho ilícito ocorre quando a lei, em virtude de múltiplas circunstâncias, impede que algumas pessoas exerçam determinadas atividades ou em algumas condições.
- (D) a nulidade contratual no âmbito do Direito do trabalho tem efeitos ex tunc.
- (E) contrato de trabalho cuja a atividade é relacionada ao jogo do bicho possui validade.

Questão 34

A sucessão de empregadores tem como essência a continuidade da relação trabalhista, em que há a inalterabilidade do contrato de trabalho. Contudo, no ordenamento jurídico pátrio, há uma hipótese em que o empregado poderá dar como rescindido o contrato de trabalho, sendo no caso de:

- (A) fusão.
- (B) cisão.
- (C) incorporação.
- (D) transferência por titularidade.
- (E) morte do empregador constituído como empresa individual, com o não prosseguimento da atividade empresarial.

Questão 35

Sobre a duração da jornada de trabalho, a alternativa correta é:

- (A) A duração da jornada de trabalho é de 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas na semana, facultada a compensação e o desconto da jornada, através de acordo ou convenção coletiva de trabalho. Neste caso, o divisor mensal para apuração do salário-hora é de 200 (duzentas) horas.
- (B) O divisor para calcular o salário-hora dos empregados que trabalham 40 horas semanais é de 220 (duzentos e vinte) horas.
- (C) Ilegítima a remuneração de piso salarial ou de salário mínimo proporcional ao tempo trabalhado referente à contratação para uma jornada reduzida, ou seja, inferior às 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto para empregados públicos.
- (D) Aplica-se o critério da proporcionalidade em relação à jornada estabelecida no art. 7º, XIII, da CRFB/88 aos professores que possuem o trabalho diário no limite máximo do que determina o art. 318 da CLT, ou seja, não tendo direito à remuneração mínima integral.
- (E) A CLT considera que o trabalho exercido em regime de tempo parcial é aquele que não exceda trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou aqueles cuja duração não ultrapasse vinte e seis horas semanais, mas resguardado o direito de poder ser exercido seis horas extras semanais. Pode-se ainda estabelecer jornada inferior a vinte e seis horas semanais, entretanto as horas suplementares a este quantitativo serão consideradas horas extras para fins de pagamento, limitadas a seis horas extras semanais.

Questão 36

A CLT resguarda o direito do empregado de pausar a prestação dos serviços por determinado número de dias em cada ano, sendo isto as férias, que tem por iniciativa do empregador. Portanto, sobre as férias pode-se afirmar que:

- (A) a cada 24 (vinte e quatro) meses de trabalho o empregado adquire o direito às férias, sendo este período nomeado aquisitivo.
- (B) as férias, em virtude da paralisação dos trabalhos por parte do empregado, não são remuneradas.
- (C) no caso de as férias concedidas ao empregado, ocorrerem fora do período concessivo, além da suspensão do serviço com o pagamento do salário equivalente, haverá o pagamento em dobro da respectiva remuneração.
- (D) o período concessivo é o lapso temporal equivalente a 12 (doze) meses em que o empregado trabalha para adquirir férias.
- (E) as férias são renunciáveis, podendo ser objetos de transação, não incluindo o abono de férias.

Questão 37

O Art. 895 da CLT prevê o recurso ordinário para instâncias superiores das decisões definitivas e terminativas elencadas no próprio artigo, bem como em situações estabelecidas por normas diversas, regimento interno e súmulas. Portanto, quanto ao recurso ordinário previsto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT que:

- (A) é interposto contra decisões do juiz na execução.
- (B) possui os efeitos devolutivo, translativo, substitutivo e extensivo, não possuindo em regra geral o efeito suspensivo. No entanto, o ordenamento jurídico prevê a existência do efeito suspensivo do recurso ordinário em dissídio coletivo no grau e extensão atribuídos em despacho pelo presidente do TST, a ser pedido nos termos do Regimento Interno deste tribunal.
- (C) é cabível quando a decisão judicial apresentar obscuridade, contradição, omissão ou apresentar erro material.
- (D) o prazo para interpor o recurso é contado em dias corridos, com a inclusão do dia do começo do prazo e a exclusão do dia do vencimento.
- (E) o prazo para interposição do recurso ordinário é de 8 (oito) dias para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como as autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais e municipais que não explorem atividades econômicas.

Questão 38

Situação 1: João da Silva não se interessa mais em utilizar um bem público objeto de autorização de uso, dias antes da data prevista para início de sua utilização.

Situação 2: Exoneração a pedido do servidor extinguindo a relação funcional.

Estas formas de extinção do ato administrativo a pedido do próprio interessado, são denominadas, respectivamente:

- (A) renúncia e caducidade.
- (B) recusa e caducidade.
- (C) recusa e renúncia.
- (D) extinção objetiva e renúncia.
- (E) extinção objetiva e recusa.

Questão 39

Sobre os contratos administrativos, é correto afirmar que:

- (A) a Lei 8.666/1993 impõe o dever de indenização por parte da Administração em relação ao contratado na hipótese de ocorrência de caso fortuito e força maior.
- (B) o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- (C) a possibilidade de alteração de um contrato administrativo que foi firmado após regular procedimento licitatório deve ser analisada sob o prisma quantitativo, estabelecido expressamente na lei percentuais legais distintos para majoração ou supressão do valor do contrato cuja aceitação é obrigatória pelo contratado.
- (D) o restabelecimento da equação econômico-financeira depende da concretização de um evento anterior à proposta formulada, não culposo do contratado, identificável como causa do agravamento da posição do particular.
- (E) o fato do Príncipe é toda ação ou omissão do Poder Público que, incidindo direta e especificamente sobre o contrato, retarda, agrava ou impede a sua execução.

Questão 40

O caso hipotético é levado à sua apreciação. Sebastião Ferreira entrou com ação ordinária contra o Estado de Roraima, com pedido de indenização em decorrência de erro do cartório na emissão da certidão de óbito de sua esposa. Segundo os autos, o erro na grafia do nome da falecida impediu o viúvo de requerer o benefício previdenciário da pensão por morte junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Com relação à responsabilidade civil do Estado, opção correta é:

- (A) A responsabilidade civil do Estado de Roraima é objetiva, baseada na teoria do risco integral, aplicando-se a ação de regresso contra o tabelião ou oficial de registro.
- (B) O Estado de Roraima não é parte legítima para responder ação de indenização por dano resultante de mau funcionamento dos serviços notariais, e é a pessoa física do tabelião ou do oficial de registro quem deverá responder pelos prejuízos causados a terceiros no exercício da atividade notarial.
- (C) A responsabilidade civil do Estado de Roraima é subjetiva e solidária, pela má fiscalização da conduta do serviço notarial (culpa in vigilando).
- (D) A responsabilidade civil do Estado de Roraima é objetiva, baseada na teoria do risco administrativo, aplicando-se a ação de regresso contra o tabelião ou oficial de registro.
- (E) A responsabilidade civil do Estado de Roraima é subsidiária, e é a pessoa física do tabelião ou do oficial de registro quem deverá responder primariamente pelos prejuízos causados a terceiros no exercício da atividade notarial.

Questão 41

Paulo, Diretor de serviços de informática de uma assembleia legislativa, fez uma doação de computadores antigos, embora funcionais, que pertencem ao patrimônio municipal, para uma escola particular de propriedade da esposa de um servidor de sua pasta.

Paulo, em sua defesa, afirma não ter recebido qualquer quantia pela referida doação, que os computadores já haviam sido substituídos por outros mais modernos, que não houve dolo e que, inclusive, desconhecia o parentesco entre a proprietária da escola e o servidor municipal.

Sobre a hipótese apresentada, a afirmativa correta é a seguinte:

- (A) Demonstra culpa do servidor, tipificando ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração, o que também não impede a aplicação de sanções ao particular que agiu em conjunto com o servidor.
- (B) Paulo incorreu na prática de ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, cuja caracterização depende da existência de dolo.
- (C) Pode implicar infração disciplinar e ilícito civil, mas não pode configurar ato de improbidade, diante da ausência de dolo e de prejuízo ao erário, já haviam sido substituídos por outros mais modernos.
- (D) Paulo pode ser responsabilizado por ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, sendo suficiente demonstrar conduta culposa, não necessariamente efetivo dano.
- (E) O servidor Paulo cometeu infração disciplinar, o que suspende o processamento de procedimento para apuração de ato de improbidade.

Questão 42

Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário e serão aposentados:

- (A) voluntariamente, cumprido tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, aos sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem.
- (B) compulsoriamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade.
- (C) voluntariamente, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.
- (D) voluntariamente, cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, aos cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher.
- (E) por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, em caso de moléstia profissional ou doença grave.

Questão 43

Está no rol dos requisitos essenciais para nomeação dos Ministros do Tribunal de Contas da União:

- (A) idoneidade moral ou reputação ilibada.
- (B) notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos, sociais e financeiros ou de administração pública.
- (C) ser brasileiro nato.
- (D) mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade.
- (E) mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.

Questão 44

É um dos Impostos de Competência do Distrito Federal:

- (A) importação de produtos estrangeiros.
- (B) propriedade predial e territorial urbana.
- (C) transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos.
- (D) imposto sobre grandes fortunas no termo de lei complementar.
- (E) produtos industrializados.

Questão 45

Stan Lee, empresário da área Industrial, decide investir no Brasil e quer, com seu amigo e cientista David Banner, comercializar Urânio, um Radioisótopo, em grande quantidade para fins agrícolas. A opção correta no caso hipotético enfocado é a seguinte:

- (A) É possível, pois apesar de ser um mineral nuclear, o radioisótopo não constitui monopólio da União, podendo ser autorizado sob regime de permissão.
- (B) É impossível, pois o Urânio, mesmo sendo um Radioisótopo, constitui monopólio da União.
- (C) É possível a comercialização de qualquer mineral, pois trata-se de tratado internacional regido pela organização mundial do comércio, vedado qualquer monopólio, objetivando o livre mercado.
- (D) É ilegal a comercialização de radioisótopo algum, inclusive o urânio, sob penas internacionais.
- (E) É possível a comercialização do Urânio, pois trata-se de empresário com capital financeiro acima de 50 milhões, limite necessário para comercialização do urânio.

Questão 46

No que tange a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101 de 2000, sendo inadmissível, segundo a citada lei, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, ultrapassar os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

- (A) União 50% (cinquenta por cento); Estados: 30% (trinta por cento); Municípios: 20% (vinte por cento).
- (B) União: 50% (cinquenta por cento); Estados: 60% (sessenta por cento); Municípios: 60% (sessenta por cento).
- (C) União: 30% (trinta por cento); Estados: 30% (trinta por cento); Municípios: 40% (quarenta por cento).
- (D) União: 45% (quarenta e cinco por cento); Estados: 30% (trinta por cento); Municípios: 25% (vinte e cinco por cento).
- (E) União: 70% (setenta por cento); Estados: 15% (quinze por cento); Municípios: 15% (quinze por cento).

Questão 47

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a destinação de recursos para direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficit de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais. O disposto, aplica-se a toda a administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, EXCETO, no exercício de suas atribuições precípua:

- (A) as autarquias em regime especial, pois elas dotam de autonomia administrativa.
- (B) as OSCIPS, pois pertencem ao terceiro setor e por isso, estão isentas.
- (C) as Concessionárias e Permissionárias de serviços públicos.
- (D) as instituições financeiras e o Banco Central do Brasil.
- (E) aos Cartórios de ofício de notas em todo território Nacional.

Questão 48

Sobre a prescrição, é correto afirmar que não ocorre a prescrição:

- (A) entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal ou fora dela.
- (B) nos praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido.
- (C) quando os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.
- (D) em face dos ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.
- (E) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de paz.

Questão 49

A alternativa correta sobre a concessão de serviços públicos é a seguinte:

- (A) Inconcebível ao Poder Concedente, a qualquer tempo, desde que dentro das previsões legais e valendo-se da prerrogativa de seu poder de império, intervir na atividade pública exercida pelo particular.
- (B) O pagamento da indenização devida na encampação não deverá se submeter ao processo do pagamento por precatório judicial, tendo em vista tratar-se de uma mera decisão administrativa, fora, portanto, da esfera dos precatórios.
- (C) Uma vez comprovada a falha na prestação do serviço por meio de procedimento administrativo, caberá ao Poder Concedente declarar, querendo, Rescisão por Decisão Judicial.
- (D) Com base na teoria da responsabilidade objetiva, obriga-se a concessionária de serviço público a indenizar família de vítima fatal por assalto à mão armada dentro de coletivo.
- (E) A intervenção nos serviços prestados pela concessionária implica na instauração de processo administrativo, dentro do prazo de 90 dias, obedecendo-se o prazo improrrogável de 180 dias para a sua conclusão, sob pena de ser decretada a invalidade do ato interventivo.

Questão 50

Quanto ao direito obrigacional, é correto afirmar que:

- (A) não haverá compensação quando as partes por mútuo acordo, a excluírem, ou no caso de renúncia prévia de uma delas.
- (B) não haverá compensação quando duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra.
- (C) não haverá compensação quando, sendo a mesma pessoa obrigada por várias dívidas compensáveis.
- (D) quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção não poderá ser exercida em cada período.
- (E) haverá compensação quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.

Questão 51

Pertence aos Direitos Reais, EXCETO:

- (A) o direito do promitente comprador do imóvel.
- (B) a concessão de uso especial para fins de moradia.
- (C) as servidões.
- (D) a laje.
- (E) a posse.

Questão 52

Peter Parker, skatista, de 15 anos, apesar de órfão dos pais e morar com os avós, pobres, sem recursos, possui uma gorda poupança deixada pelos pais falecidos para os estudos. Andando de skate na rua, de olhos vendados, objetivando uma manobra mais radical, colide no carro de Carlão, vizinho de seus avós, quebrando o para-choque. Acerca do caso imaginário, a alternativa correta no tocante à Responsabilidade Civil é a seguinte:

- (A) O dever de responsabilidade civil é dos avós, responsáveis por Peter Parker, por ele ser menor.
- (B) Inviável haver responsabilidade vil pelo fato de Peter Parker ser menor, e menor não comete crime.
- (C) Peter Parker tem o dever de responsabilidade pelos prejuízos de Carlão, pois seus avós não possuem recursos para se responsabilizarem.
- (D) Impossível existir responsabilidade pois os avós de Peter Parker não possuem recursos.
- (E) Cabe a Justiça Federal, através da Defensoria Pública, indenizar Carlão, uma vez que Peter Parker é menor e seus avós são pobres.

Questão 53

Referente aos Contratos em Geral, a opção correta é:

- (A) Comodato é o empréstimo não gratuito de coisas fungíveis, perfazendo com a tradição do objeto.
- (B) Mútuo é o empréstimo de coisas fungíveis e o mutuário é obrigado a restituir ao mutuante o que dele recebeu em coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade.
- (C) No contrato de prestação de serviço, quando qualquer das partes não souber ler, nem escrever, o instrumento não poderá ser assinado a rogo e subscrito somente pelo juiz.
- (D) Opera-se o mandato quando o advogado recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses, sendo, portanto, a procuração instrumento do mandato.
- (E) A prestação de serviço, sujeita às leis trabalhistas ou a lei especial, reger-se-á pelas disposições dos Contratos em Geral.

Questão 54

Quanto à formação, suspensão e extinção do processo, a alternativa correta é:

- (A) Quando o advogado responsável pelo processo constituir o único patrono da causa e tornar-se pai, o processo é suspenso.
- (B) Suspende-se o processo quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo e Aeronáutico.
- (C) Durante a suspensão é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, inclusive no caso de arguição de impedimento e de suspeição.
- (D) A extinção do processo dar-se-á por sentença e por agravo.
- (E) Se a ação penal não for proposta no prazo de 6 (seis) meses, contado da intimação do ato de suspensão, cessará o efeito desse, incumbindo ao juiz cível examinar incidentalmente a questão prévia.

Questão 55

Conforme o atual Código de Processo Civil, a opção certa é:

- (A) São condições da ação: legitimidade das partes, interesse de agir, possibilidade jurídica do pedido.
- (B) Juiz não resolverá o mérito quando verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.
- (C) Juízes e os tribunais deverão obedecer à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- (D) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando entre as causas houver conexão pelo pedido, exceto pela causa de pedir, o qual não podem litigar.
- (E) Ilícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles haja conexão.

Questão 56

Segundo o Código de Processo Civil em vigor, constituem formas de resposta do réu:

- (A) ação declaratória incidental e agravo de instrumento.
- (B) defesa prévia e notificação da autuação.
- (C) contestação e embargos infringentes.
- (D) carta precatória e reconvenção.
- (E) contestação e reconvenção.

Questão 57

Quanto à revelia, se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. Entretanto, quando tal fato ocorrer não produzirá o efeito mencionado se:

- (A) havendo pluralidade de réus, nenhum deles contestar a ação.
- (B) a petição inicial e a Contestação estiverem acompanhadas de instrumento que a lei considere dispensável à prova do ato.
- (C) por expressa autorização legal, puderem ser formuladas em qualquer tempo e grau de jurisdição.
- (D) o litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- (E) as alegações de fato formuladas pelo autor forem verossímeis ou estiverem vinculadas com a prova constante dos autos.

Questão 58

Em relação à PRECLUSÃO no Código de Processo Civil, julgue os itens a seguir:

- I. Chama-se de Preclusão Temporal, a perda da faculdade processual por já ter sido exercida anteriormente.
- II. Denomina-se de Preclusão Lógica a perda da faculdade processual por incompatibilidade com um ato anteriormente praticado.
- III. Intitula-se de Preclusão Pro Judicato a vedação de reexame daquilo que já foi decidido anteriormente, ou de proferir decisões incompatíveis com as anteriores.
- IV. Chama-se Preclusão Consumativa, a perda da faculdade processual por não ter sido exercida no tempo devido.

Dos itens acima mencionados, estão corretos, apenas:

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) III e IV.

Questão 59

Consoante o Código de Processo Civil, a petição inicial indicará, EXCETO:

- (A) o juízo a que é dirigida.
- (B) a obrigação do autor pela realização, de audiência de conciliação.
- (C) o valor da causa.
- (D) o pedido com as suas especificações.
- (E) o fato e os fundamentos jurídicos do pedido.

Questão 60

O advento do termo contratual, que equivale a dizer “término do contrato”, é a modalidade mais simples e corriqueira da extinção da concessão, pois que o seu contrato é por prazo, não guardando nenhuma relação com o seu objeto. Com efeito, quando este prazo expira, tem-se o conseqüente fim do contrato (MADEIRA, Pinheiro José Maria. Administração Pública, Tomo I. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2012, 12ª. Ed., p. 1.130).

Quanto à forma de extinção do contrato de concessão do serviço público, assinale a alternativa correta.

- (A) Rescisão.
- (B) Encampação.
- (C) Caducidade.
- (D) Reversão.
- (E) Intervenção.

Discursiva

A penalidade para os ilícitos exclusivamente funcionais, de natureza civil ou administrativa, pode ser imposta ainda que não tenham sido apreciados os fatos pelo Poder Judiciário na ação penal.

É de se verificar, então, que o princípio da independência das instâncias não é absoluto, e sim relativo, e isto porque há determinadas situações jurídicas que a decisão de uma esfera possui o condão de influenciar a outra, ou seja, uma dependerá do desfecho da apuração de outra para que, a posteriori, se for o caso, haver a cumulação de penalidades. Está se falando das condicionantes de procedibilidade, como nos crimes de sonegação fiscal ou de improbidade administrativa, por exemplo, que sempre dependerão da conclusão da instância administrativa para que seja instaurado o competente processo judicial, com a finalidade de investigar se houve ou não ato ímprobo do agente público. Nesses casos, como os ilícitos ensejam a pena de demissão do servidor, a Administração não poderá efetuar-la sem o trânsito em julgado da decisão penal condenatória.

(MADEIRA, José Maria Pinheiro. Administração Pública, Tomo I, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 13ª ed. 2016).

Questão 1

No dia 10 de janeiro do ano em curso, dois policiais militares realizaram a ronda no calçadão em determinado local e, nesse transcurso, uma mulher sedutora, de beleza estonteante, atraente e de corpo escultural, de alta sensualidade, caminhava com passos firmes, arrastando os olhares de um dos policiais que não se contendo com o corpo escultural da jovem, sussurra, em voz meio baixa, no ouvido da cidadã, dizendo-lhe: “Cantada não arranca pedaço, você é muito gostosa!”.

De repente, surge em cena seu noivo, desarmado, que presenciou o ocorrido pois se encontrava atrás dela manuseando o seu telefone. Nesse ínterim, esse parte para forte discussão com os policiais e, posteriormente, surge uma luta corporal e, tendo como consequência, disparo de vários tiros, culminando com a morte do jovem.

Aberta Sindicância para apuração dos indícios, a comissão sindicante, após instruir e colher os devidos depoimentos, opina pelo afastamento dos policiais e abertura do processo administrativo disciplinar. O contraditório e ampla defesa foi assegurada, resultando na aplicação, pela autoridade competente, da penalidade máxima de demissão dos PMs envolvidos pela conduta antijurídica incompatível com o mister funcional.

Revoltados e inconformados, os policiais demitidos promovem uma demanda no âmbito do Judiciário, postulando à anulação do ato de exclusão, cumulando-se sucessivamente o pleito de reintegração no posto e percepção de verbas indenizatórias (soldos que não foram pagos durante o período de afastamento). Com base na situação hipotética acima apresentada, responda, de forma fundamentada, às seguintes indagações.

1. Com a abertura do processo administrativo disciplinar, os policiais militares poderiam alegar, preliminarmente, que houve violação dos princípios da ampla defesa e contraditório na sindicância?
2. Qual é a natureza jurídica da sindicância administrativa?
3. Quais as principais diferenças entre a sindicância e o processo administrativo disciplinar?
4. Caso ocorra a absolvição em sede penal, a sentença surtirá efeitos sobre a decisão administrativa?

Desenvolva um texto discursivo respondendo às indagações acima, utilizando o mínimo de 25 e o máximo de 30 linhas.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RASCUNHO